

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 135

Data 29 de agosto de 1978 Pg.: \_\_\_\_\_

## Projeto de emancipação do índio sofre novo repúdio

Antropólogos de todo o país, reunidos sábado passado na Universidade de São Paulo, elaboraram uma carta de esclarecimento à opinião pública sobre a atual situação do indígena brasileiro onde repudiam o projeto de emancipação do índio e, consequentemente, sua regulamentação proposta pelo ministro Rangel Reis. Os antropólogos deram, entretanto, seu apoio à recente iniciativa de um grupo de indígenas, liderados pelo cacique xavante Mário Juruna, de organizarem a Federação Nacional do Índio.

Da reunião, na qual estiveram presentes também os antropólogos convidados pelo Ministério do Interior para opinarem sobre o projeto de emancipação, em reunião a ser realizada nos dias 11, 12 e 13 de setembro, em Brasília, ficou afastada também qualquer possibilidade de discussão do atual projeto, que deverá ser encaminhado pelo Ministério do Interior à aprovação da Presidência da República.

Justificando sua posição, os antropólogos afirmam que "não é momento de regulamentar a emancipação mas o de pensar nas possibilidades da tutela. Ao aprovar o Estatuto do Índio, o Estado se comprometeu a garantir proteção adequada às comunidades indígenas e sua cultura até que cheguem à situação de se integrarem harmoniosamente à nação. Uma emancipação depende de uma tutela bem sucedida. Ora, os recursos previstos para levar a bom cabo essa tutela não foram esgotados, daí o despreparo das comunidades para uma emancipação. Há, portanto, problemas muito mais prementes do que regulamentá-la. Entre estes, figura em prioridade absoluta, a demarcação das terras indígenas que, pelo artigo 65 do Estatuto do Índio, deveria estar terminada até o fim deste ano. Estamos longe disto".

Para os antropólogos, o atual projeto de emancipação do indígena brasileiro não corresponde também às verdadeiras necessidades do índio porque "toda a história mostra a vulnerabilidade dos grupos indígenas brasileiros diante da ocupação econômica do interior do país: são uns 100 mil índios atualmente, e eram cerca de 1 milhão em 1900. Ora estamos assistindo hoje, à derradeira e talvez a mais forte investida da expansão interna em todo o centro-oeste e norte do país, liderada por grupos empresariais". Segundo ele, "este é o momento particularmente inoportuno para deixar os índios desprotegidos" pois, "emancipá-los seria como "entregá-los desarmados a forças infinitamente mais poderosas, que lhe arrebatarão, em

maior ou menor prazo, as terras a vil preço, por grilagem ou por execução de dívidas, absorvendo-os como mão-de-obra barata. A tais procedimentos já estão sujeitos muitos brasileiros e não há porque aumentar o número".

Lembrando também que o Brasil é signatário da Convenção n.º 107 sobre a proteção e integração das populações indígenas adotada em Genebra, em 1957 a Carta dos Antropólogos ressalta que já é hora de o governo cumprir as determinações adotadas e não realizar trabalhos junto aos indígenas através de "decretos ou plebiscitos apressados".

### DEMOCRACIA RACIAL

Na Carta dos Antropólogos, fica expressa a denúncia de que democracia racial não é necessariamente a fusão de todos num modo de ser único, como propõe o projeto de emancipação do índio, "mas talvez o reconhecimento do valor de modos de ser diferentes". Os antropólogos pedem, entretanto, que estas diferenças sejam respeitadas inclusive na ocupação de terras: "Argumenta-se a desproporção entre o atual número de índios e a área que ocupam, esquecendo-se que existem ao lado deles fazendas várias vezes maiores, propriedades de grupos cujos acionistas são em número menor que os do grupo indígena. Objeta-se então a fraca rentabilidade das terras ocupadas".

Quanto a rentabilidade, os antropólogos levantam duas questões: o respeito que se deve a formas culturais outras e que, as terras, historicamente, pertencem aos índios, mas que, "uma vez interessados por novas técnicas produtivas, os grupos indígenas podem produzir tanto ou mais do que seus vizinhos" citando o exemplo dos Gaviões, no sul do Pará, os quais, a partir do momento que assumiu o controle da coleta e da comercialização da castanha em suas terras, coletaram tanto quanto seus vizinhos.

Em sua conclusão, a Carta dos Antropólogos aponta que "cabe ao Estado, quando requerido, orientar o grupo em novas técnicas produtivas e na comercialização do excedente para promover sua independência de qualquer ajuda externa: cabe-lhe também prestar uma eficiente ajuda médico-sanitária e à proteção dos índios, sobretudo os recém contactados, das doenças que lhes transmitemos e que os dizimam. Cabe-lhe a responsabilidade de uma educação que respeite suas formas culturais, os valores e a dignidade da comunidade, enquanto a oriente no seu convívio com a sociedade envolvente, ajudando-os a nela se moverem".